

Capítulo 2 - DOI:10.55232/1085002.2

**SER MULHER E SER MILITAR: CONQUISTAS E
DESAFIOS DO SEGMENTO FEMININO NO EXÉRCITO
BRASILEIRO NA CIDADE DE MANAUS**

Aline Moysa Mesquita da Costa, Camila Bravo Fontoura

RESUMO: A relação mulheres e Forças Armadas no Brasil é um fenômeno recente que merece discussões qualificadas. A participação das mulheres no front é consagrada na história como um aspecto particular, permeado por exceções e dissolvida na história dos homens combatentes. Novas perspectivas e percepções dos papéis sociais das mulheres na sociedade se colocam em evidência, dando a elas o direito de exercerem a profissão que quiserem. O objetivo geral deste trabalho foi investigar como é ser mulher militar nas guarnições militares do Exército, localizadas na cidade de Manaus, sob a perspectiva masculina. A metodologia trata-se de pesquisa de natureza básica, qualitativa, descritiva, pesquisa de campo e bibliográfica. A coleta de dados se deu por envio de 12 perguntas via google forms para os voluntários. Acerca das experiências com mulheres no trabalho e no Exército os voluntários relataram terem sido boas, pois as mulheres possuíam formações diferentes, ideias diferentes o que possibilitou uma troca muito importante para a construção de conhecimento do coletivo em que trabalhavam. Porém, a ideia de inadequação do corpo feminino ao trabalho militar ainda se faz presentes nos discursos dos homens, quando se referem às diferenças biológicas como justificativa e exclusão para determinadas atividades.

Palavras-chave: Gênero, Forças Armadas, Exército Brasileiro, Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

A incorporação da mulher nas Forças Armadas brasileiras é bastante complexa. Isso porque a discussão envolve direitos e garantias individuais, além da necessidade de priorizar a capacidade de combate das forças, dado o papel constitucional de defesa da pátria, salvaguarda do estado constitucional e, por sua iniciativa, da lei e da ordem (ALMEIDA, 2015).

A profissão militar foi por muito tempo considerada uma profissão exclusivamente masculina, caracterizada pela rusticidade, valentia e controle da violência. As origens da organização humana para as coisas da guerra e a institucionalização das Forças Armadas pelos Estados Modernos excluíram as mulheres como profissionais do combate armado. No entanto, os processos de democratização da sociedade contemporânea, a partir da segunda metade do século XX, levaram alguns países a tomarem medidas para incluir mulheres nas forças armadas. Entre os países que se destacam no número de mulheres em suas forças armadas estão os Estados Unidos, 14% em relação ao total de soldados do país, Canadá com 11%, Hungria com 9% e França com 8,5%, de acordo com dados da Organização do Tratado do Atlântico Norte, dados fornecidos pela OTAN, no ano 2000.

As Forças Armadas não são instituições socialmente isoladas, estão intrinsecamente ligadas aos processos sociais e aos projetos que cada sociedade estabeleceu para si mesma na defesa e construção de direitos de cidadania e soberania. A partir disso, como afirma D'Araujo (2003) pode-se dizer que essa combinação é um fato importante na definição das relações militares-civis. Isso porque, em princípio, se um país cria uma aliança de forças armadas com direitos civis democráticos, as forças armadas devem expressar a imagem da sociedade a que servem e a que obedecem.

A relação mulheres e Forças Armadas no Brasil é um fenômeno recente que merece discussões criteriosas e qualificadas. A participação das mulheres no *front* é consagrada na história como um aspecto particular, permeado por exceções e dissolvida na história dos homens combatentes. Novas perspectivas e percepções dos papéis sociais das mulheres na sociedade são colocadas em evidência, dando a elas o direito de exercerem a profissão que quiserem.

Conforme estudiosos do tema, algumas das principais questões consideradas como problemas em relação ao corpo feminino no ambiente militar são de fatores biológicos e relacionadas a clássica função social da mulher nas funções domésticas, como a gravidez, a maternidade, a separação temporária da família e a desmoralização da tropa com a morte da

mulher em combate, ocasionado pelo apelo simbólico do cuidado que a figura feminina evoca.

As Forças Armadas são instituições predominante masculinas. A violência como algo atrelado ao masculino, parece ser ponto importante na resistência à incorporação das mulheres na formação combatente e a perda da capacidade operativa das forças, o que geraria um problema institucional. O Exército brasileiro só admitiu mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras, órgão responsável pela formação dos oficiais em 2018, forçados por uma sanção presidencial, assinada pela então presidente Dilma Rousseff. Porém, do universo de 400 vagas anuais, a academia destina apenas 40 vagas às mulheres, que não podem optar pelas armas de infantaria e cavalaria (operacionais) durante a formação, podendo apenas se especializarem nos Quadros de Material Bélico ou Intendência (administrativos).

A crescente participação feminina atualmente em diversas áreas profissionais, políticas e sociais tem sido colocado em evidência e dado a elas o direito de exercerem a profissão que desejarem. Sabendo das dificuldades de ingressarem e permanecerem no campo do trabalho, e sendo o Exército uma instituição predominantemente masculina, decidimos realizar um estudo sobre a percepção dos oficiais do exército brasileiro sobre as mulheres militares na cidade de Manaus, local de realização desta pesquisa.

Dessa forma, este artigo visa apresentar os dados da pesquisa realizada sobre como é ser mulher militar nas guarnições militares do Exército, localizadas na cidade de Manaus, sob a perspectiva masculina. Os objetivos delineados foram: apresentar os aspectos sobre a inserção da mulher nas forças armadas brasileira e dados que contribuam para as discussões de gênero nas Forças Armadas; apresentaremos os relatos de experiências e percepções sobre as mulheres militares que servem em Manaus sob o ponto de vista dos oficiais do segmento masculino.

O presente trabalho torna-se relevante e visa contribuir nas discussões sobre a participação feminina no campo de trabalho em diferentes cargos e ocupações, particularmente em profissões que anteriormente eram vistas como exclusivas do sexo masculino. Cabe destacar que isso não significa que no interior dessas organizações as mudanças também ocorram em igual proporção, principalmente ao que se refere nos comportamentos dos trabalhadores em geral.

2 REFERENCIAL TÉORICO

2.1 Mudanças militares sob a ótica da esfera militar

Tardin e Lima (2015) defendem que a extensão da participação feminina nas forças armadas envolve uma série de variáveis militares, entre elas a situação da segurança nacional, tecnologia militar, apoio operacional, estrutura de forças e política de acesso. Sousa (2018), afirma que o modelo institucional das forças armadas é fundamentado e legitimado por ideias tradicionais, ou seja, a que vê o ambiente militar como um alicerce baseado na honra e no dever, e seus membros seguem um conceito de carreira.

O ensino e a formação profissional nas academias militares brasileiras ainda se baseiam em modelos tradicionais de valores conservadores e são carreiras permeadas de prerrogativas e privilégios que diferenciam os militares de boa parte dos funcionários públicos federais, já que o salário é em parte oferecido por benefícios monetários, como moradia, alimentação e uniformes que são considerados adicionais (PINTO, 2021).

Desde a redemocratização do Brasil não víamos no cenário político nacional uma influencia e participação tão intensa dos militares. No atual governo Bolsonaro foi dado destaque especial aos militares tanto na participação direta deles em ministérios, como na ocupação de cargos civis de grande importância. Novamente nos deparamos com questionamento sobre os papéis das forças armadas no Estado brasileiro e as consequências desta participação para a democracia brasileira.

Entre as etapas para a consolidação democrática nos países da América Latina está a subordinação dos militares ao controle civil, orientadas por políticas que contemplem a participação da sociedade nas questões da defesa nacional e reformas militares.

Serra (2006) traz pontos sensíveis para essas reformas, entre elas: controle da educação militar, superação do serviço militar obrigatório, redução da presença militar em campos civis da administração pública, prestação de conta das instituições militares pelos abusos cometidos nos regimes ditatoriais, prestação de contas da administração pública e eliminação de privilégios como sistema previdenciário e de pensões, justiça militar e autonomia do ensino militar.

Como vimos, no Brasil, as relações e o equilíbrio de forças e tensões entre sociedade, Estado e militares ainda estão a ser resolvidas. É importante destacar que operação militar de defesa nacional não se resume ao combate. Existe uma estrutura em torno dessa ação, que

envolve desde o preparo técnico dos soldados até políticas e diretrizes de planejamento e ações que precisam ir além dos muros da caserna. A reestruturação das Forças Armadas brasileiras está ligada diretamente às rupturas com paradigmas dominantes e a participação da mulher nessas estruturas se tornam extremamente relevantes.

2.2 A evolução da mulher na participação militar no exército brasileiro

Atualmente, a habilitação legal para ingresso da mulher nas Forças Armadas Brasileiras é por meio da Lei nº 7.831, de 02 de outubro de 1989, que inseriu o Quadro Complementar de Oficiais (QCO) para o exercício de atividades complementares para quadros superiores, com possibilidade de atingir o posto de Tenente Coronel (BRASIL, 1989).

Entretanto, as mulheres só entraram na Escola de Administração do Exército (ESAEX) no ano de 1992, durante este ano as primeiras oficiais femininas do Exército Brasileiro foram formadas juntamente com os homens, com o objetivo de atender às necessidades nos campos técnico e administrativo, e promover a igualdade de competição entre homens e mulheres por superiores em diferentes formações (ROVINA; SOUZA, 2015).

Nos anos que se seguiram, os militares brasileiros tomaram uma série de medidas para permitir a expansão de oficiais femininos no exército. Com a promulgação do Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994, alterou os Regulamentos da Lei do Serviço Militar para permitir que as mulheres se voluntariem para o serviço militar (BRASIL, 1994).

Nessas perspectivas, em 1996, o exército estabeleceu um sistema de serviço militar voluntário feminino para médicos, dentistas, farmacêuticos, veterinários e enfermeiros altamente qualificados, e o primeiro lote de 290 voluntárias serviu temporariamente no distrito de saúde. Corroborando com este tema, Matos et al. (2012), diz que no edital de 1997, o Instituto Militar de Engenharia (IME) inscreveu no Quadro de Engenheiros Militares (QEM) os primeiros cursos superiores com 10 alunos, em plena igualdade com os homens, sem restrição de vagas masculinas ou femininas.

Nesse mesmo ano, a Escola de Saúde do Exército matriculou e formou o primeiro corpo médico pós-secundário do Serviço de Saúde do Exército, dentistas, farmacêuticos, veterinários e enfermeiros. Em 1998, o Exército estabeleceu o Programa de Estágio de Serviços Técnicos para profissionais de alto nível nas ciências humanas e de precisão para atender às necessidades de Oficial Técnico Temporário (OTT) da agência. O primeiro lote de

519 mulheres advogadas, executivas, contadoras, professoras, analistas de sistemas, engenheiras, arquitetas, jornalistas e outras ocupações competiu na mesma equipe sob as mesmas condições que os homens.

Para ampliar o acesso, o Exército permitiu que as mulheres fizessem dois de seus cursos de combate mais tradicionais e difíceis: o Curso Básico de Paraquedas (desde 2006) e o Curso de Guerra na Selva (desde 2010), e desde então, vários oficiais e soldados concluíram parcialmente tais cursos (ALMEIDA, 2015).

Com a implementação das alterações da Lei nº 12.786, de 11 de janeiro de 2013, os oficiais do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) poderão avançar para o posto de Coronel (BRASIL, 2013), marcando mais uma conquista feminina. Além disso, engenheiros militares formados no IME, além de médicos também da ESSEX, poderão garantir cargos de comando de divisão com as mesmas oportunidades de seus pares.

O Decreto nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, quando a então Presidente Dilma Rousseff promulgou regulamentação para mulheres militares como combatentes do exército brasileiro, participação e inclusão em áreas antes restritas à frente masculina (BRASIL, 2012).

A exemplo da Marinha e da Aeronáutica, o Exército abriu em 2018 a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) para receber mulheres da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) para cursos de material bélico e intendência. Em tese, algumas dessas mulheres conseguiriam chegar ao topo de suas carreiras, generais nas forças armadas, depois de mais de 40 anos de serviço, pois competiriam de igual para igual com oficiais homens da AMAN em promoções.

Como se pode observar pelo exposto, as políticas e práticas multiculturais que levam as mulheres ao serviço militar estão ocorrendo, mas de forma lenta e com restrições. As mulheres começam a formar seus quadros de longa duração, por exemplo, mas operações em zonas de guerra não são permitidas, o que mostra que também precisa completar outras conquistas.

3 METODOLOGIA

Os dados deste estudo teve como método a abordagem da pesquisa qualitativa e descritiva, pois foi caracterizada pelo detalhamento, entendimento e esclarecimento de fenômenos e fatos. Para Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa qualitativa desenvolve uma análise de dados que é utilizada por meio da coleta de informações, e então a análise subjetiva é realizada para implementar procedimentos reflexivos metódicos, controlados e críticos, para

que novos eventos ou dados, relações ou relacionamentos possam ser descoberto, sobre qualquer campo do conhecimento.

O objetivo da pesquisa é de características descritivas no qual o pesquisador registra e descreve os fatos considerados em sua observação. Zanella (2013) sustenta que a pesquisa descritiva tem a finalidade de descrever os principais aspectos de um fenômeno, população ou qualquer outra variável.

Também foi utilizado procedimentos caracterizados como pesquisa bibliográfica, onde foram utilizadas publicações já existentes para embasamento teórico do trabalho, por meio de livros, artigos, teses, dissertações que estejam ligados ao tema proposto. De acordo com Gil (2008) destaca que a pesquisa bibliográfica é construída a partir de material idealizado, residindo no fato de o investigador realizar uma cobertura sobre uma diversidade de fenômenos.

Como técnica de coleta de dados, optou-se por aplicar um questionário com 12 perguntas estruturadas enviadas pela plataforma *Google Forms* para os celulares dos 5 (cinco) participantes voluntários. Cabe destacar a dificuldade para o levantamento dos voluntários. Foram realizados 30 (trinta) convites de participação entre os oficiais que trabalham nas guarnições militares da cidade de Manaus. Todos foram convidados aleatoriamente a partir de contatos e vínculos previamente estabelecidos com a coordenação da pesquisa. Os cinco voluntários pertencem à 12ª Região Militar, Colégio Militar de Manaus e do Centro de Embarcação do Comando Militar da Amazônia.

3.1 Análise de dados

Para considerar as respostas coletadas foi realizado uma análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Isso inclui um conjunto de procedimentos para análise de comunicações que utilizam métodos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens. Assim, foi analisada a coerência das respostas dos voluntários em termos da sua realidade, evolução e apropriação de conceitos na sua comunidade, capacidade de estabelecer relações entre conhecimentos e outras situações.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Em um primeiro momento foi realizado contatos com os oficiais, e foi explicado a pesquisa e a sua finalidade. Os participantes receberam o questionário por e-mail. Dos voluntários que responderam ao questionário todos são oficiais de carreira, sendo suas patentes Major (2) e Tenente-Coronel (3). As idades são entre 40 (quarenta) e 44 (quarenta e quatro) anos e atuam em áreas como: Logística, Pagamento de pessoal e Administração Pública. Um dos oficiais está servindo há 27 (vinte e sete) anos, três deles estão há 24 (vinte e quatro) anos e um está há 21 (vinte e um) anos no âmbito militar. Quatro deles são casados e possuem filhos, e um é solteiro e não possui filhos. Desses quatro que têm filhos, dois possuem uma menina e os outros dois são pais de menino e menina.

No que concerne as respostas em relação as mulheres que fazem parte da vida dos oficiais e onde elas se encontram, todos responderam a princípio acerca das relações familiares, tanto a nuclear (mãe), quanto a constituída (esposa e filha). Um dos entrevistados falou a respeito da mãe e as atividades que ela exerce com um grupo de esportes na 3ª idade, e outro citou as duas irmãs e respectivas profissões.

“Sou filho único, porém tenho duas irmãs. Nós fomos criados com as mesmas condições, jogávamos bola juntos e as vezes soltávamos pipa, minhas irmãs seguiram a mesma carreira, a mais nova é Oficial Superior da Polícia Militar do Rio de Janeiro e a mais velha é 1º Sargento do Exército do Rio de Janeiro. Minha mãe sempre se virou em questões de trabalho, desde vender salgados à revista de cosméticos. Sempre comento com a minha esposa que pelo fato de conviver com várias mulheres lido com mais facilidade com os diferentes perfis.”

Apenas um voluntário falou acerca das mulheres que fazem parte do seu círculo de trabalho, mesmo não aprofundando essas relações.

“Na minha rede de contatos em geral (escola, igreja, trabalho, vizinhança). Face as constantes mudanças de domicílio, por questões profissionais, os níveis de relevância variam conforme o tempo e a intensidade do convívio mutuo, embora se busque manter a interação social (consideração) mesmo à distância.”

Quando questionados sobre quais seriam os aspectos positivos e negativos em relação à mulher no campo de trabalho, as respostas recorrentes foram que os aspectos positivos são a meticulosidade nos trabalhos, ou seja, as mulheres são mais atentas aos detalhes na execução

dos afazeres, e o aumento da renda familiar, proporcionando assim uma melhor qualidade de vida.

Já os aspectos negativos foram a sobrecarga da múltipla jornada, o prejuízo na educação dos filhos, visto que a tarefa de educar seria subdelegada à escola e o posicionamento de contestar no âmbito do trabalho.

Podemos ver que a meticulosidade e a atenção citada anteriormente é reconhecida pelos oficiais no trabalho feminino, porém a visão que os oficiais possuem das mulheres ainda é bastante ligada ao modelo patriarcal que predomina na sociedade, modelo esse que atribui às mulheres profissões vistas como inferiores da cadeia ocupacional, por exemplo as subalternas como dona de casa, e também o lugar de fala negligenciado visto que é um ponto negativo contestar no ambiente de trabalho. Por fim as atribuições de educar sendo direcionadas apenas as mães, visto que há um segundo genitor da criança não significa que a mãe tendo outras atribuições deixará de educar seus filhos.

Na questão em que os voluntários precisavam expor suas opiniões sobre o desejo das mulheres de ingressarem na carreira militar, as respostas foram retratadas como sensacional, excelente e justa. Por um lado, um dos voluntários destacou uma observação às devidas peculiaridades biológicas e demandas individuais. Por outro, foi citado a importância da presença feminina nas Forças Armadas, pois acredita-se que as mulheres ocuparão mais espaço no âmbito operacional dentro do Exército com o passar dos anos, como acontece nos países desenvolvidos.

Sobre a questão em que pedimos para os oficiais expressarem o que eles entendem sobre igualdade de gênero as respostas foram variadas. Um deles disse que não entende nada, porém acredita se tratar de uma educação oferecida de maneira igual, outro oficial respondeu acreditar que seja condições e oportunidades semelhantes de deveres e direitos em dada circunstância.

Também tivemos um comentário citando o Exército Brasileiro.

“Entendo que é a igualdade de oportunidades para ambos os sexos. No Exército, a vaga aberta para determinado cargo (de Oficiais ou Sargentos Técnicos Temporários) é independente do sexo. A remuneração é idêntica, tanto do segmento masculino quanto do feminino. É a igualdade de direitos e deveres.”

Acerca das experiências com mulheres no trabalho e no Exército os voluntários relataram terem sido boas, pois as mulheres possuíam formações diferentes, ideias diferentes o que possibilitou uma troca muito importante para a construção de conhecimento do coletivo

em que trabalhavam. Um dos oficiais citou que mesmo as mulheres sendo minoria em cargos superiores, a experiência foi boa, por mais que algumas não tivessem “espírito de equipe” (como os homens) e se esquivassem de missões (trabalho extra como o serviço de escala, participação em equipes diversas e trabalho burocrático), ele já tinha presenciado uma voluntária em trabalho manual resolver 50 pendências em um só dia e ser considerada excelente no atendimento ao público.

Observa-se aqui que os estereótipos dados aos gêneros estão presentes no discurso quando é falado que as mulheres não possuem espírito de equipe, que seria uma característica inerente ao segmento masculino. Porém o reconhecimento veio quando uma voluntária solucionou várias pendências em um único dia. As mulheres acabam demonstrando características referentes ao sexo masculino, visto que apenas desse modo que adquirem uma credibilidade, pois ainda existe uma diferença entre as características relacionadas ao feminino e ao masculino dentre os estereótipos de gênero (ADÃO, 2007).

Teve-se outros comentários acerca das experiências, um deles falou que sua percepção é a mais equilibrada possível, uma vez que as atribuições de todos no âmbito da Instituição são bem definidas e apresentadas logo que eles tomam parte do serviço.

No espaço que foi deixado para que os voluntários acrescentassem alguma observação ou informação, um comentário bem interessante foi escrito. É uma ideia que resume e explica de forma sucinta a percepção dos homens em relação ao trabalho feminino, principalmente no âmbito das Forças Armadas:

“Estamos no século XXI, existem prerrogativas previstas, até mesmo na bíblia, com relação à conduta das mulheres, porém temos que nos atualizar. Vejo que o grande problema, ou melhor, a grande dificuldade dessa inserção do segmento feminino nas Forças Armadas, somos nós, os homens. Temos que estar preparados para isso, temos que entender e aceitar a igualdade de gêneros. Alguns homens, digo, a maioria, não estão preparados, para ombrearem com mulheres, na labuta diária da caserna.”

De acordo com Magalhães e Conceição (2015), as questões problemáticas de gênero, um dos aspectos que mais se destaca na sociedade contemporânea, foram realinhados para transcender a oposição binária entre os gêneros no sentido de aceitar diferentes identidades de gênero, impensáveis em sociedades tradicionais que prescrevem papéis fixos de gênero de diferenças biológicas.

Do ponto de vista de Avila (2021), a relevância do tema para o Brasil se baseia em sua imagem na comunidade internacional e na alta valorização da mulher na sociedade brasileira,

reduzindo as disparidades de gênero e enfatizando a importância do tema na valorização da imagem do Brasil.

Na opinião de Tardin e Lima (2015), a maternidade é uma questão controversa relacionada à inserção da mulher nas Forças Armadas, pois ao mesmo tempo que o “dom” de ser mãe é considerado positivo na medida em que ela pode usar seu “instinto materno” para empreender o que é essencialmente uma pacificação assistencialista, por outro lado, a maternidade é uma barreira para as carreiras militares cujas obrigações são comprometidas pela licença maternidade e pelas obrigações da maternidade para com os filhos e a família.

De conformidade com Hryniewicz e Vianna (2018), um dos principais obstáculos à lentidão desse processo inicial de inserção são as questões culturais. Nesse sentido, acredita-se que a mulher é essencialmente uma figura materna de caráter amável e generoso. Com isso, ela não poderá ocupar determinados tipos de cargos, principalmente aqueles que exigem liderança, pois o papel natural de um líder está culturalmente associado aos homens.

Para Arno (2017), os estabelecimentos armados ainda são lugares masculinos, associados à masculinidade e à honra, mas a presença crescente das mulheres tende a desestabilizar essa hegemonia, provocando reflexões dentro e fora dos quartéis e sugerindo mudanças na forma como essas instituições constroem as relações de gênero.

Na visão de Nunes e Moreira (2019) existe um estereótipo social baseado no gênero, o processo de distinção de identidades ocupacionais, ou seja, mesmo que homens e mulheres estejam na mesma ocupação mostra inevitavelmente que nem homens e mulheres podem ter a mesma identidade.

Na visão de Celestino (2020), no entanto, à medida que a participação das mulheres na instituição cresceu, também surgiram questionamentos sobre os maiores desafios e consequências dessa conquista. Isso vale especialmente para o desenvolvimento da liderança, condição essencial do militar em treinamento e ao longo de sua carreira. Há também questionamentos sobre como a mulher exercerá a liderança necessária para comandar seus soldados e influenciá-los a cumprir suas missões, tanto em sua formação quanto ao longo de sua carreira, dentro de uma instituição majoritariamente masculina.

Do ponto de vista de Prado e Dias (2021), em um ambiente militar, a lógica da inferioridade feminina ainda é amplamente reconhecida, e é comum usar argumentos para tentar convencer as mulheres de que não é adequado ir à guerra. Nesses argumentos, são feitas referências ao suposto declínio de força, estrutura física, sensibilidade, relacionamento mais próximo com os filhos etc., cujo único objetivo é trazer a mulher de volta à esfera privada, mostrando novamente o que ela acredita que é seu destino biológico (mãe e esposa).

Por fim, o aumento do avanço tecnológico e o aumento da especialização dos militares também beneficiam as mulheres, pois o avanço tecnológico faz com que o poder físico substitua a inteligência, e o aumento da especialização torna o desempenho de cada soldado mais focado em suas habilidades técnicas, não tanto na força física (DANTAS, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou uma análise sobre como é ser mulher militar nas guarnições militares do Exército sob a perspectiva masculina. Dessa forma o que se vê diante dessas respostas e reflexões é que alguns oficiais do segmento masculino reconhecem que as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho e que elas possuem qualidades excepcionais que contribuem para uma instituição mais igualitária em todos os seus setores, como também para o crescimento da troca de conhecimentos e experiências. Porém outros ainda necessitam aprender e entender o que é igualdade de gênero e como ela se manifesta nesses ambientes.

Conclui-se que na pesquisa as mulheres sempre participaram da história e das esferas sociais, porém a baixa adesão ao posicionamento e a falta de protagonismo contribui para que mais uma vez o lugar de fala seja ocupado pelos homens. Outro ponto é o fato de que na maioria das vezes para se ter o reconhecimento é preciso que as mulheres façam um esforço extra em seus ambientes de trabalho, tendo que trabalhar o dobro ou exercendo muitas atividades.

O fato de ser mulher demanda um esforço extra para adquirir respeito e importância no dia-a-dia nos quartéis. As mulheres também enfatizam que, nas suas percepções, as mesmas tarefas praticadas e executadas por homens também podem ser facilmente desenvolvidas pelos oficiais mulheres, desmistificando a concepção que ser militar é um trabalho apenas para homens.

Em suma, a ideia de inadequação do corpo feminino ao trabalho militar ainda se faz presentes nos discursos dos homens, quando se referem às diferenças biológicas como justificativa para a determinação das atividades.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Maria Cecília. A formação e a incorporação feminina – as dificuldades na ocupação de novos espaços. **I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED)**. São Carlos, 2007

ALMEIDA, Vitor Hugo de Araújo. **Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: situação atual e perspectivas futuras**. Brasília: Câmara dos Deputados – Consultoria Legislativa, 2015. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/22600>> Acesso em: Dezembro de 2018.

ARNO, Fernanda. **Instituições armadas, gênero e poder: reflexões para a transformação**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.25, n.2, p.983-985, 2017.

ÁVILA, Júlia de Mello. **A liderança da mulher da linha combatente do Exército Brasileiro; desafios e oportunidades**. 2021. Monografia (Bacharel em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Rezende, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAL, Luana Isabelle. **O papel social e político das forças armadas: uma proposta de modelo teórico explicativo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994. Altera a redação do art. 5º do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, Regulamento da Lei do Serviço Militar, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 out. 1994. Seção 1, p. 16253

BRASIL. Lei nº 12.705, de 08 de agosto de 2012. Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 ago. 2012. Seção 1. p. 3.

BRASIL. Lei nº 12.786, de 11 de janeiro de 2013. Altera dispositivos da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989, que cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jan. 2013a. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989. Cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 out. 1989. Seção 1, p. 17657.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Todavia, 2019.

CARVALHO, Maria Alice. Exército brasileiro: um retrato à aquarela. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 637-651, 2020.

CELESTINO, Sabrina. Mulheres da Guerra e da Paz: Reflexões sobre a Particularidade Brasileira. **Nação e Defesa**, n.157, pp. 99-116, 2020.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras**. Resdal, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria-Daraujo/publication/237312341_Mulheres_e_questoes_de_genero_nas_Forcas_Armadas_bra

sileiras/links/54902e150cf214269f265e6c/Mulheres-e-questoes-de-genero-nas-Forcas-Armadas-brasileiras.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

DANTAS, Stela da Rocha de Medeiros. **Mulheres e forças armadas: uma análise da participação feminina nas Forças Armadas Brasileiras**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA, Maria Amorim. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cadernos Ebape**. br, v. 16, p. 331-344, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, M Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAGALHÃES, Suzana Marly; DE ANDRADE CONCEIÇÃO, Ana Lídia. O corpo feminino, frágil, malsão: um estudo do habitus de gênero dos militares combatentes do Exército Brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, n. 1, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Atlas, 2010.

MATOS, Deise Justino et al. **Mulheres nas forças armadas: desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na defesa nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012.

MOTA, Janine. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 12, p. 371-373, 2019.

NUNES, Nilza Rogéria; MOREIRA, Nádia Xavier. A FARDA E A INTIMIDADE: novos desafios da feminização das Forças Armadas Brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, n. 1, p. 11-26, 2019.

PINTO, Cláudia Conceição. **A formação acadêmica profissional e tecnológica da mulher no ensino militar bélico na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)**. 2021.

PRADO, Christina Luiza; DIAS, Maríndia Meller. A Inclusão feminina nas forças armadas: acolhimento e igualdade entre gêneros. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste**, v. 6, p. e27775-e27775, 2021.

ROVINA, Denise Pellegrini Maia; SOUZA, Neyde Lúcia de Freitas. **A mulher militar brasileira: conquistando mares, alçando voos e desbravando terras**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2015.

SERRA, N. El control de las fuerzas armadas em la transición democrática. In MARTINEZ, R. e TULCHIN, J. (orgs.) **La seguridad desde las orillas. Um debate entre Europa e Lationoamérica**. Barcelona: CIDOB, 2006, p. 17-37.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à Ditadura Militar em Curitiba (1964-1985). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 31, p. 389-412, 2018.

TARDIN, Elaine Borges; LIMA, Lana Lage. A mulher militar brasileira no século XXI: antigos paradigmas, novos desafios. **Revista Ágora**, n. 22, p. 70-82, 2015.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.134.